

# BOLETIM DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

# DE CONJUNTURA

Número 27 – Março de 2021



## CRISE SANITÁRIA E ECONÔMICA PERSISTE E SE INTENSIFICA

A já esperada queda do PIB (Produto Interno Bruto), em 2020, veio na esteira de uma série de notícias ruins. Em janeiro, a montadora estadunidense Ford anunciou o encerramento da produção de veículos no Brasil. Apenas o Centro de Desenvolvimento de Produto, na Bahia, o Campo de Provas e a sede regional, ambos em São Paulo, continuarão em funcionamento. A decisão deve provocar o fechamento de cerca de 5 mil postos de trabalho diretos e, potencialmente, outros 110 mil indiretos e induzidos<sup>1</sup>. No mesmo mês, o Banco do Brasil divulgou um plano para fechar 361 unidades (112 agências, sete escritórios e 242 postos de atendimento). Ao mesmo tempo, o banco lançou dois planos de “demissão voluntária”, com estimativa de desligamento de cinco mil trabalhadores(as) da ativa. Segundo o BB, o fechamento das unidades vai resultar em uma redução de gastos de R\$ 353 milhões neste ano e de R\$ 2,7 bilhões até 2025.

Os dois anúncios são reflexo das escolhas políticas e econômicas que estão sendo feitas hoje no país, como o desmonte do Estado, desemprego e precarização, desindustrialização, aumento da exploração dos(as) trabalhadores(as), desmonte das estatais, privatização, reprimarização da pauta exportadora.

Em caminho oposto ao escolhido no Brasil, diversos países e Estados nacionais lançam pacotes bilionários de incentivo e apoio às pessoas e ao setor privado. Nesse momento de aguda crise sanitária e socioeconômica em escala global, reduzir a presença do Estado na economia e como provedor das políticas sociais e de cuidados afasta qualquer perspectiva futura de recuperação e desenvolvimento nacional.

<sup>1</sup> Ver: [https://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2021/nota\\_imprensa\\_Ford.pdf](https://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2021/nota_imprensa_Ford.pdf)

## Números do PIB em 2020

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu -4,1% em relação a 2019, a menor taxa da série histórica calculada pelo IBGE, iniciada em 1996. Houve alta apenas na agropecuária (2,0%). Na indústria, a queda foi de -3,5% e, nos serviços, de -4,5%. Com a queda, o PIB do ano passado totalizou R\$ 7,4 trilhões. O PIB per capita alcançou R\$ 35.172, em 2020, apresentando retração de -4,8%, em termos reais (descontada a inflação), o maior recuo da série histórica. A taxa de investimento, em 2020, foi de 16,4% do PIB, acima da observada em 2019 (15,4%), que tinha descido a um dos menores patamares da história. O discreto crescimento da taxa de investimentos ocorreu em decorrência do resultado negativo do PIB em 2020 e não em função de uma melhora dos investimentos.

O PIB apresentou alta de 3,2% no 4º trimestre de 2020, em relação ao 3º trimestre, na série com ajuste sazonal. De outubro a dezembro de 2020, a indústria e os serviços cresceram 1,9% e 2,7%, respectivamente, enquanto a agropecuária recuou (-0,5%). Em relação ao 4º trimestre de 2019, o PIB teve retração de -1,1% nos últimos três meses de 2020. Os resultados foram negativos na agropecuária (-0,4%) e nos serviços (-2,2%), enquanto a indústria cresceu 1,2%.

A agropecuária aumentou 2% em volume do valor adicionado, em 2020, efeito do crescimento da produção e ganho de produtividade da agricultura, que compensou o fraco desempenho da pecuária e da pesca. Na agricultura, os destaques foram os recordes das culturas ligadas à grande produção, principalmente da soja (7,1%) e do café (24,4%)..

A indústria, que recuou 3,5% no ano passado, teve o pior desempenho nas atividades de construção (-7,0%). A indústria de transformação também apresentou forte queda (-4,3%), puxada principalmente pela redução, em volume, do valor adicionado da fabricação de veículos automotores; de outros equipamentos de transporte, confecção de vestuário e metalurgia.

A atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos apresentou, em 2020, variação negativa de -0,4%, em relação ao ano anterior. Nos serviços, as variações negativas ocorreram em outras atividades de serviços (-12,1%); transporte, armazenagem e correios (-9,2%); administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-4,7%); comércio (-3,1%), informação e comunicação (-0,2%). Apresentaram crescimento as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,0%) e as atividades imobiliárias (2,5%).

Reforçando tendência dos últimos anos, a despesa de consumo das famílias recuou -5,5% em relação a 2019, principalmente por causa da degradação das condições do mercado de trabalho. A situação só não foi ainda pior em função do Auxílio Emergencial, que injetou R\$ 322 bilhões na economia, com destinação direta para o consumo. A despesa de consumo do governo, por sua vez,

também recuou (-4,7%). Completando o quadro, no setor externo, as exportações de bens e serviços recuaram -1,8%, enquanto as importações de bens e serviços caíram -10,0%. A queda acentuada das importações é decorrência da forte redução da atividade industrial, do empobrecimento das famílias, da queda do consumo do governo e da desvalorização cambial.

## Desocupação, desalento e desigualdade

A taxa de desocupação ficou em 13,9% no 4º trimestre de 2020 e, na média do ano, alcançou 13,5%, a maior desde 2012. Eram 13,4 milhões de pessoas procurando trabalho no país. Enquanto a taxa de desocupação para os homens ficou em 11,9%, a das mulheres foi de 16,4%. Para os negros, chegou a 17,2% e para aqueles com ensino médio incompleto atingiu 23,7%. O número de desalentados no 4º trimestre de 2020, pessoas que desistiram de procurar emprego por não acreditarem que vão encontrar uma vaga, alcançou 5,8 milhões de pessoas, alta de 16,1% em relação a 2019 e também o maior contingente da série anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados revelam uma piora em relação aos dois anos anteriores, em decorrência da paralisação de alguns setores, devido à pandemia de covid-19. No ano passado, a população ocupada foi reduzida em 7,3 milhões de pessoas, chegando ao menor número da série anual desde 2012. O Brasil saiu, em 2019, de 93,4 milhões de ocupados(as) - o maior contingente da série histórica - para 86,1 milhões, em 2020. Segundo os técnicos do IBGE, pela primeira vez na série histórica anual, menos de 50% da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Esse fato revela a gravidade do momento que o Brasil atravessa. Em um ano, o número de empregados(as) com carteira de trabalho assinada no setor privado (excluindo trabalhadores domésticos) foi reduzido em 2,6 milhões de pessoas (-7,8%). O emprego doméstico, com 4,9 milhões, no 4º trimestre de 2020, também registrou a maior retração na série histórica (-22,9% em relação ao 4º trimestre 2019). O número de pessoas subutilizadas<sup>2</sup> apresentou alta recorde e ficou, ao longo do ano, em 31,2 milhões.

Com a retomada do Auxílio Emergencial em valores inferiores, a evolução do desemprego e as “trapalhadas” no processo de vacinação contra a covid-19, a situação da economia pode se agravar ainda mais. Um dos fatores essenciais para o processo industrial é a solidez do mercado de massas, ou seja, a capacidade da população para consumir, articulada com políticas tecnológicas e de inovação. Nos últimos anos, o mercado interno tem sido sistematicamente afetado pelo desemprego,

---

<sup>2</sup> Desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas ou que compõem a força de trabalho potencial, formada por pessoas que não trabalharam nem procuraram trabalho, mas estão disponíveis para assumir um trabalho caso surja oportunidade.

empobrecimento da população, precarização do trabalho, aprofundamento da desindustrialização etc. Todo esse processo, amplamente aprofundado com o governo de Jair Bolsonaro, afeta diretamente a produção industrial interna.

Não existem investimentos em inovação sem firme e proativa coordenação estatal. Desde 2016, com Michel Temer na presidência da República, o orçamento de Ciência e Tecnologia, fundamental para a indústria e para o país, foi severamente reduzido. Segundo o Boletim da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), no ranking de complexidade econômica das exportações, depois de o Brasil ter ocupado a 25ª posição, em 1995, os dados mais recentes, de 2018, mostram que o país está na 49ª posição.

As previsões para o PIB, em 2021, estão em torno dos 3%, o que é insuficiente para compensar a queda de -4,1% em 2020, ano em que a economia afundou. Em apenas três anos, o desmonte da economia brasileira fez aumentar em 13% a porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar moderada ou aguda. Segundo o IBGE, o número de pessoas que ingeria menos calorias do que o necessário por dia saltou de 37,5 milhões, em 2016, para 43,1 milhões, em 2019. Ou seja, o Brasil tinha mais de 20% da população em situação de insegurança alimentar (apesar de ser o segundo maior produtor agrícola do mundo). A insegurança alimentar grave, em que as pessoas relatam passar fome, atingiu 4,6% dos domicílios brasileiros, o equivalente a 3,1 milhões de lares, entre 2017 e 2018, afetando 10,3 milhões de pessoas, três vezes a população do Uruguai.

O detalhe é que as informações sobre o aumento da insegurança alimentar são anteriores a 2020, ou seja, anteriores também à pandemia. Em março de 2021, um ano após o início da pandemia, as perspectivas são de retomada do Auxílio Emergencial em valor inferior ao pago em 2020, num contexto em que o desemprego resiste em patamares recordes.

A quantidade de famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal (CadÚnico), superou a casa de 14 milhões e alcançou o maior número desde o final de 2014. Segundo dados do Ministério da Cidadania, esse total de famílias corresponde a cerca de 39,9 milhões de pessoas na miséria no Brasil. São consideradas famílias em situação de extrema pobreza aquelas com renda mensal de até R\$ 89 por pessoa (renda per capita). O país tem uma “bomba-relógio” social. Da parte do governo, não há plano ou estratégia para enfrentar uma crise dessa magnitude.

Para completar o quadro sombrio, a inflação bateu recordes em fevereiro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) chegou a 0,82% e o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA-IBGE) atingiu 0,86%, a maior variação para fevereiro desde 2016. Uma das

principais causas para a alta são os preços dos combustíveis. A gasolina e o diesel foram reajustados três vezes na primeira quinzena de março. O INPC, referência para as negociações coletivas, acumula 6,22% nos 12 meses terminados em fevereiro. Essa taxa, somada aos efeitos da pandemia e do processo de empobrecimento da população, compõe um cenário extremamente preocupante.

## **Governo quer “limpar a pauta” no Congresso Nacional: o que esperar?**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem prometido fazer um esforço para “zerar a pauta” de projetos no Congresso Nacional, ou seja, votar tudo o que for possível no primeiro semestre deste ano. Em 2020, o percentual de aprovação de projetos governamentais no Congresso foi um dos mais baixos dos últimos anos. O plano de reformas do governo acarreta consequências perversas para os(as) trabalhadores(as), como liquidação de direitos ou destruição de estruturas públicas que funcionam para servir a população.

Segundo o governo, a aprovação da pauta de reformas possibilitará a retomada do crescimento, argumento repetido ano após ano, a cada reforma realizada, desde 2016 (Teto de Gastos, ampliação da terceirização, reforma trabalhista e reforma da Previdência). Na prática, o que se vê, de fato, é a maior série histórica de estagnação/recessão já registrada no Brasil.

A pauta econômica do governo Bolsonaro, em essência, caracteriza-se como opção de política neoliberal. A situação política e econômica internacional dificulta um acordo amplo com a população, como o que foi feito em alguns países no segundo pós-guerra e que levou à construção de um Estado de bem-estar social em várias regiões do mundo. Dificulta até mesmo o aprofundamento das mudanças que ocorreram no Brasil entre 2003 e 2013, com melhorias importantes no campo do direito trabalhista, da renda, do salário mínimo, do emprego.

Hoje, previdência social, sistema de saúde pública, educação pública estão na mira do governo para serem destruídos. E é bom lembrar que essa pauta de destruição de direitos unifica a extrema direita e a direita liberal tradicional.

As medidas de desmonte vão sendo encaminhadas gradualmente, porque, de uma só vez, provocariam reação popular. Mas a estratégia do ministro da Economia e do presidente da República, e agora dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, é reduzir ao máximo os gastos públicos com a população. Destruição de direitos trabalhistas e públicos é, aliás, a agenda das classes dominantes em vários países.

A eleição de aliados do governo para o comando do Legislativo abriu uma “janela de oportunidades” para a aprovação da pauta neoliberal, que pode ser a última do mandato de Bolsonaro. Em 2020, ficará mais fácil avançar em projetos de desmonte de direitos sociais no Brasil. O fato de não quererem encaminhar essas pautas em ano eleitoral já mostra que elas são contra o interesse da população. Por isso, a pressa em aprová-las ainda em 2021.

O governo incluiu na pauta prioritária, apresentada em fevereiro aos presidentes recém-eleitos da Câmara (Arthur Lira, PP-AL) e do Senado (Rodrigo Pacheco, do DEM-MG), os seguintes projetos:

- Privatização da Eletrobras;
- Reforma Administrativa e Reforma Tributária;
- Lei do Gás<sup>3</sup>;
- Autonomia do Banco Central (já aprovada)
- Conversão da pedofilia em crime hediondo;
- Regulação do registro, posse e comercialização de armas de fogo;
- Educação domiciliar de crianças (homeschooling);
- Mineração em terras indígenas.

Na área econômica, seis das prioridades elencadas pelo governo são Propostas de Emenda à Constituição (PECs), o que significa que têm de ser aprovadas por 3/5 (três quintos) dos parlamentares, nas duas casas legislativas, em dois turnos. Entre as PECs listadas pelo Planalto estão a PEC dos Fundos, PEC Emergencial (já aprovada e transformada na Emenda Constitucional 109) e a PEC do Pacto Federativo. Na Câmara dos Deputados, os 3/5 de votos correspondem a 342 parlamentares, 40 a menos do que os que votaram em Arthur Lira na disputa à presidência da Casa.

A PEC dos Fundos permite que o governo utilize, para outras finalidades, o dinheiro disponível em fundos infraconstitucionais e extinga fundos públicos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Aparentemente, a intenção, com essa medida, é viabilizar os recursos para transferir renda (o Auxílio Emergencial, por exemplo), sem furar o teto de gastos (EC 95). A PEC Emergencial permite cortar salários e outras despesas públicas, em caso de emergência, além de possibilitar ao Executivo tomar outras medidas excepcionais sem consultar o Congresso Nacional. Já a PEC do Pacto Federativo veda o socorro da União aos estados e municípios, ampliando as responsabilidades desses entes sobre as próprias contas. Ou seja, tende a piorar a situação dos entes

---

<sup>3</sup> O Projeto de Lei nº 4476, de 2020, aprovado pelo Senado, chamado de Nova **Lei do Gás**, tem como objetivo abrir mais o mercado, para tentar conter o preço do gás.

federativos, forçando dispensas de servidores(as), terceirizações, reduções de salários e outras mazelas.

Outra proposta de Emenda à Constituição é a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. No caso dessa contrarreforma, estão previstas alterações como o fim da estabilidade na maior parte das carreiras no serviço público, abrindo caminho para a desprofissionalização e o apadrinhamento na contratação dos(as) servidores(as).

No caso da Reforma Tributária, há duas PECs em tramitação: (45/2019 e 110/2019). As PECs da Reforma Tributária não atacam o problema essencial da tributação regressiva (proporcionalmente, quem tem menos, ou ganha menos, paga mais impostos).

Uma das propostas mais nocivas foi aprovada na Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro: o Projeto de Lei Complementar que prevê a autonomia do Banco Central (BC), PLP 19/2019, de autoria do senador Plínio Vale (PSDB-AM). O projeto transforma o Banco Central do Brasil (BC) em órgão autônomo em relação à estrutura administrativa do país, desvinculado de qualquer ministério. É o chamado “Banco Central Independente”, medida que aprofunda a submissão do BC aos interesses do sistema financeiro nacional e internacional.

Transformado na Lei Complementar 179/2021, o projeto foi sancionado por Jair Bolsonaro com dois vetos: o que derrubou o dispositivo que proibia dirigentes do BC de exercerem outros cargos (exceto professor/a) e também o que impedia dirigentes do Banco Central de manterem participação acionária em instituições do sistema financeiro, medida extensiva aos cônjuges e parentes de segundo grau dos dirigentes.

## **Impactos econômicos da Operação Lava Jato**

Segundo estudo realizado pelo DIEESE, a pedido da Central Única dos Trabalhadores, a operação Lava Jato fez o Brasil perder R\$ 172,2 bilhões em investimentos e destruiu 4,4 milhões de empregos. Somente a construção civil fechou 1,1 milhão de postos de trabalho, em consequência da operação deflagrada a partir de março de 2014.

De acordo com o documento, a destruição de empregos foi extensa a ponto de atingir categorias de setores fora das cadeias produtivas mais atingidas (construção e petróleo e gás).

O estudo mostra que, por conta da Lava Jato, R\$ 172,2 bilhões deixaram de ser investidos no país, entre 2014 e 2017 (últimos dados disponíveis), soma equivalente a 40 vezes os R\$ 4,3 bilhões que a Lava Jato afirma ter recuperado para os cofres públicos.

Além de afetar diretamente a construção civil pesada, a Lava Jato provocou uma crise inusitada no setor de petróleo e gás, com queda drástica da taxa de investimentos. Em consequência, o setor público deixou de arrecadar R\$ 47,4 bilhões em impostos (R\$ 20,3 bilhões em contribuições sobre a folha de salários). A perda em relação à massa salarial chegou a R\$ 85,8 bilhões, ou seja, 20 vezes o que os procuradores afirmam ter recuperado com a operação.

O estudo foi produzido a partir de pesquisas e análises de contratos, documentos oficiais, relatórios e monitoramento de publicações na mídia.



**O DIEESE precisa do seu apoio para continuar produzindo  
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA**

**APOIE O DIEESE!**

Mais informações: [relacionamento@dieese.org.br](mailto:relacionamento@dieese.org.br) ou 0800 77 33 117



Escritório Nacional  
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP  
CEP 01209-001  
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199  
www.dieese.org.br

**Presidente** - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo** – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva** - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva** - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva** - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo** - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo** - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva** - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

**Equipe Responsável**

Altair Garcia

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão)

Geni Marques (revisão e edição)